

VISÃO DE PRIMEIRA LINHA: PARA ALEM DE 2015

*Recomendações para um quadro de redução do risco de
desastres pós-2015 para reforçar a capacidade de resiliência das
comunidades expostas a qualquer perigo*



Rede Global
de Organizações da Sociedade
Civil para Redução de Desastres

REALIDADE DA PRIMEIRA LINHA

“Estas não são questões marginais - o impacto dos desastres na população mundial é enorme e a situação é pior quanto mais pobre você é”

GNDR VPL 2013

A redução dos riscos de desastres deve começar com a compreensão da realidade para a maioria das pessoas mais afetadas pelos desastres. Estas são as pessoas que vivem no ‘desastre da primeira linha’:

- Nos últimos vinte anos os desastres naturais afetaram a 64% da população mundial (UNISDR)
- Os prejuízos econômicos associados a desastres continuam crescendo a cada ano em todas as regiões (EM-DAT)
- 95% das pessoas que morrem por desastres são de países em vias de desenvolvimento (IPCC)
- As mulheres, crianças e idosos sofrem desproporcionalmente as maiores perdas por catástrofes (UNISDR).
- Mais de 50% das pessoas afetadas por ‘desastres naturais’ vivem em países frágeis e afetados pelo conflito (Safer World)
- Conflito, a insegurança e a fragilidade afeta um em cada quatro pessoas no planeta (World Bank).
- A maioria das perdas por desastres são devido às catástrofes recorrentes em pequena escala, principalmente associadas com os perigos relacionados com o clima (UNISDR/GNDR VFL).
- Existe uma lacuna permanente entre as políticas e práticas nacionais da DRR ao nível local (GNDR VFL 2009/2011/2013)

Perdas cumulativas devidas à desastres diários' recorrentes de pequena escala são responsáveis pela maioria das perdas em catástrofes localizadas. Eles são em grande parte não relatados, sem seguro, não atraem a atenção do governo nacional nem desbloqueiam a ajuda financeira externa. Na verdade a maioria das pessoas mais afetadas por calamidades assumem o custo de múltiplos riscos inter-relacionados em um ambiente complexo, que muda rapidamente, incerto e empobrecido. A pressão sobre o sustento, saúde e bem-estar é aumentada por fatores como crime, violência, insegurança, corrupção e falhas governamentais, extrema volatilidade dos preços e renda irregular, mudanças climáticas e má gestão do meio ambiente. As comunidades afetadas não têm maior escolha que assumir responsabilidades primárias para a segurança e a proteção de suas vidas, seus meios de subsistência e os seus bens. O problema é mais agudo em estados falidos e frágeis, caracterizados por instituições públicas fracas, exclusivas e disfuncionais.

Um quadro de redução do risco de desastre global deve ser relevante para as pessoas e as comunidades mais afetadas por desastres e baseado nos desafios que enfrentam as pessoas vulneráveis. Compreender como as famílias de baixa renda gerenciam perigos de todos os tipos, em um ambiente complexo, incerto e frágil, ajuda à identificar formas de fortalecer a resiliência da comunidade.

GNDR E VFL

A Rede Global de Organizações da Sociedade Civil para Redução de Desastres (GNDR) foi fundada em 2007 na crença de que a sociedade civil terá mais impacto sobre o reforço da resiliência de pessoas vulneráveis, trabalhando em conjunto.

Em 2008 a GNDR lançou o pioneiro 'Vistas da linha de frente' (VFL) - um programa de monitoramento participativo projetado para reforçar a responsabilidade pública da política de redução de risco de desastres, proporcionando uma visão independente dos progressos no sentido da implementação do HFA à nível local. A VFL reúne uma amostra representativa de perspectivas das comunidades afetadas, autoridades locais e organizações da sociedade civil onde as catástrofes têm maior impacto. O programa bienal destaca os desafios na redução do risco de desastres considerado por envolvidos locais como os mais críticos para o fortalecimento da resiliência da comunidade.

Este breve relatório Visão da Primeira Linha: Além do 2015, reúne questões e recomendações resultantes de três rodadas da Visão da Primeira Linha de GNDR (2009, 2011 e 2013). As pesquisas revelam tendências persistentes e lacunas no reforço da resiliência da comunidade. A pesquisa de 2013 pegou 21.500 experiências locais entrevistadas em 57 países de baixa e média renda. Suportados por uma base de extensas evidências de pesquisas VFL locais, estudos de caso, diálogos “on-line”, consultas nacionais, regionais e globais 450 organizações membras da GNDR contribuíram para estes resultados.

O resultado é uma série de recomendações para apoiar o trabalho em curso à nível nacional, regional e internacional para desenvolver um quadro de redução do risco de desastres pós-2015.

Obtenha mais informações em:
www.globalnetwork-dr.org

PARA ALÉM DO ANO 2015

O quadro de acção de Hyogo 2005-2015 (HFA) fornece um importante ponto de referência para a cooperação internacional e serve para aumentar o conhecimento e a compreensão da redução do risco de desastres em níveis internacionais, regionais e nacionais.

No entanto, oito anos depois de sua formulação, a realidade para as pessoas na linha de frente continua triste. VFL 2013 tem encontrado que 57% dos entrevistados relatam que multiplicam-se as perdas por desastres. Entre os grupos mais pobres, esse número sobe para 68%.

Com mais de um bilhão de pessoas que vivem na pobreza urbana (UNHABITAT) e 43% da população mundial vivendo com menos de US\$ 2 por dia (Banco Mundial), estes resultados refletem a realidade para bilhões de pessoas. A VFL encontra uma lacuna contínua entre as políticas para lidar com as perdas por desastres e realidades de primeira linha. É necessária uma mudança significativa. A lacuna entre a política e a prática deve ser colmatada mais rapidamente. A concepção e implementação de um quadro para além de 2015 para a maioria das pessoas mais afetadas pelo desastre é uma tarefa crítica.

A VFL mostra que obter informação da realidade de primeira linha é a chave para alcançar uma mudança efetiva. Comunidades em risco muitas vezes são obrigadas a assumir a responsabilidade primária para lidar com múltiplos impactos e tensões. Eles respondem em uma maneira abrangente, flexível e iterativa de desafios em constante mutação por meio de auto-organização, aprendizagem fazendo, associações e participação, alguns princípios-chave na construção da resiliência da comunidade. Estas estratégias concentram-se nas pessoas, simples e práticas, construídas sobre as forças inatas e capacidades dos indivíduos, suas comunidades e instituições locais. A resiliência comunitária é o componente básico e o fundamento da capacidade de resistência nacional. Seus princípios e valores subjacentes fornecem a base para um quadro baseado em princípios que podem ser adotados pela sociedade em geral para intensificar as atividades de construção de resiliência local para apoiar a resiliência nacional.

Visão de Primeira Linha: Para além de 2015 identifica e investiga os fatores que podem fortalecer comunidades que são resistentes à riscos de qualquer tipo - social, econômico, tecnológico e natural. GNDR faz cinco recomendações básicas para todos aqueles que têm um papel à desempenhar na formação de um quadro de redução de risco de catástrofes para 2015 e, além:

- 1. Reconheça o impacto dos desastres sobre as vidas os meios de subsistência e os ativos.**
- 2. Dé Prioridade às pessoas em maior risco, os mais pobres e marginalizados.**
- 3. Aborde as causas subjacentes da vulnerabilidade das pessoas às catástrofes.**
- 4. Mobilize o compromisso político centrando-se sobre os direitos, responsabilidades e deveres.**
- 5. Promova parcerias e participação do público.**

“57% dos entrevistados relataram que as perdas estão aumentando”

GNDR VPL 2013

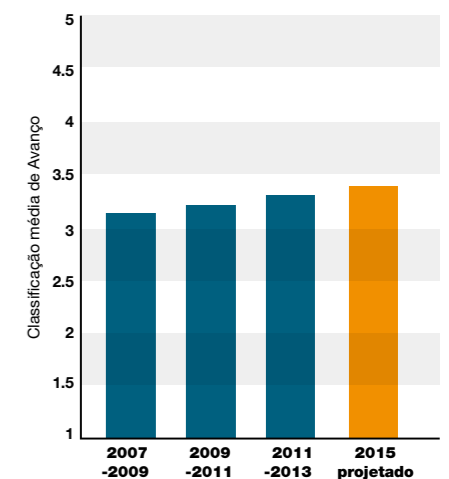


Gráfico 1: Monitor do MAH da ONU/EIRD

¹ ONU/EIRD relatório resumido de consultas para o quadro pós-2015 da Redução do Risco de Desastres, Abril de 2013. As estatísticas são um agregado e média das coletadas. A apresentação dos mesmos nos relatórios da ONU/EIRD expande o eixo vertical para tornar as diferenças mais claras. O percentual de 4,5% é baseado no intervalo de 1 a 5, usado pelo monitor, e que mostra uma mudança no período de 3.14 para 3.32. O número previsto (3.377) de 2015 é baseado na taxa de progresso até agora.



Rede Global
de Organizações da Sociedade
Civil para Redução de Desastres

“Uma amostra de 56 países com baixos rendimentos e meios relatou que 90% dos danos a estradas, energia, abastecimento de água e telecomunicações está associado com risco extenso.”

GAR UNISDR 2013

Pesquisados de VFL 2013 relatam que os desastres cotidianos recorrentes de pequena escala e conflitos são os riscos mais comuns que afetam seus bens e meios de subsistência. Em ambientes complexos, as estratégias de redução de risco não podem abordar tipos específicos de riscos de forma isolada uns de outros e devem ser holísticas para refletir corretamente as realidades locais.

Para além de 2015:

TÓPICOS E RECOMENDAÇÕES

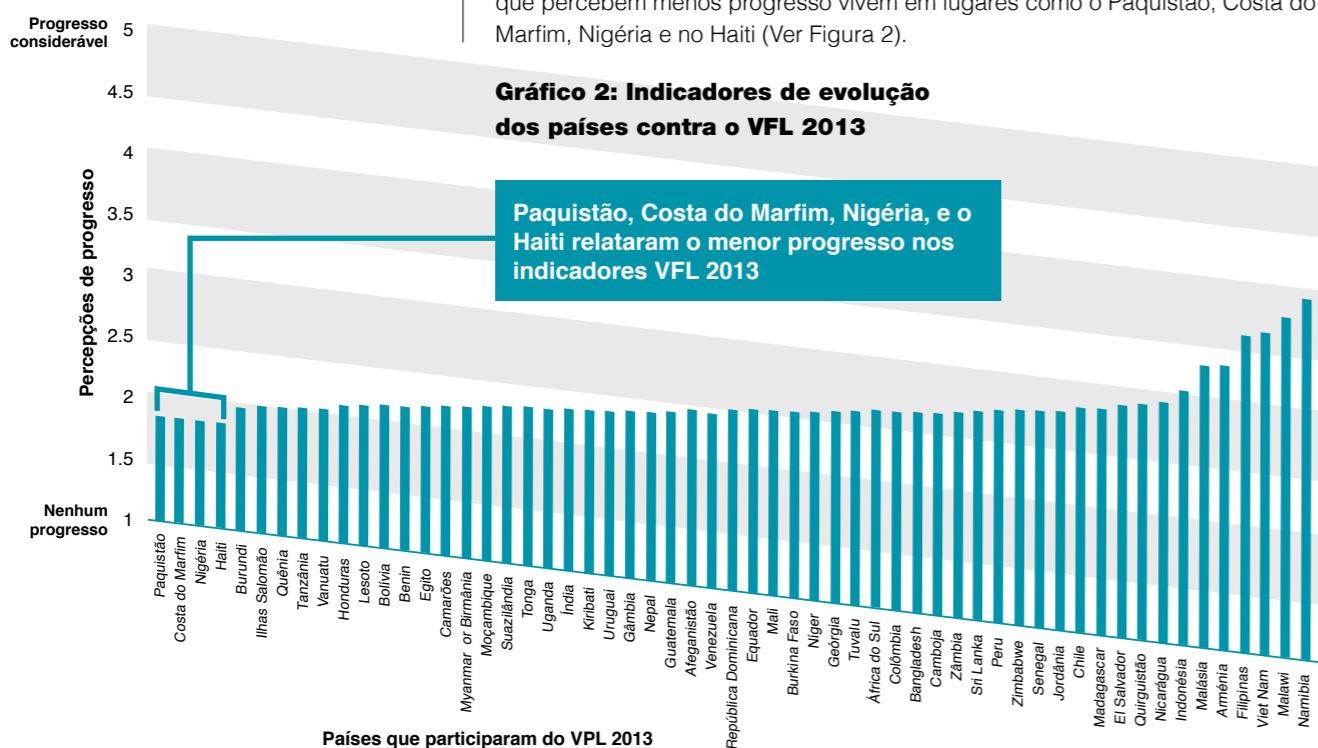
para um quadro DRR pós-2015

Um quadro DRR post-2015 deve fortalecer a resiliência das pessoas e suas comunidades para absorver e adaptar-se aos choques e tensões de todos os tipos: interno e externo; de curto e longo prazo; naturais e de origem humano; de início rápido ou lento; econômico, social, ambiental, ou geopolítico. A resiliência comunitária – a capacidade de pessoas vulneráveis e suas comunidades para proteger e melhorar suas vidas, seus meios de subsistência e ativos quando estão sujeitos a riscos de todos os tipos (naturais e de origem humano) - é o componente básico e o fundamento da capacidade de resiliência nacional. O objectivo final de um quadro de redução de riscos de desastres pós-2015 deve ser: “Comunidades que são resilientes a todos os perigos”. Com base no programa VFL e uma ampla consulta com a sociedade civil em todo o mundo, cinco eixos temáticos, medidas práticas e recomendações resultantes foram identificadas para apoiar o trabalho em andamento para o desenvolvimento de um quadro pós-2015:

1 Reconheça o impacto sobre as vidas dos desastres de meios de subsistência e os ativos

As comunidades locais são afetadas por uma ampla gama de riscos, incluindo inundações sazonais, deslizamentos de terra, seca, pragas, fogo, escassez de alimentos, flutuação dos preços, inseguro direito à terra, crime, corrupção e conflito. A mudança climática aumenta a frequência e a intensidade das catástrofes relacionadas com o tempo adicionando outra camada de complexidade para a vulnerabilidade existente e desafios de desenvolvimento de pessoas. As catástrofes ocorrem cada vez mais em situações de conflito ou instabilidade política crônica. As histórias na linha de frente revelaram que as catástrofes naturais aumentam significativamente o risco de conflitos locais, enquanto os conflitos crônicos também pioram em as condições das pessoas tornando-as vulneráveis às catástrofes. Dados do VFL mostram que aqueles que percebem menos progresso vivem em lugares como o Paquistão, Costa do Marfim, Nigéria e no Haiti (Ver Figura 2).

Gráfico 2: Indicadores de evolução dos países contra o VFL 2013



Paquistão, Costa do Marfim, Nigéria, e o Haiti relataram o menor progresso nos indicadores VFL 2013

DESASTRES ‘DIÁRIOS’ NEGLIGENCIADOS NO HAITI

O legado de tempestades e furacões recorrentes nos últimos anos resulta em uma existência muito frágil para comunidades em todo o Haiti - incluindo aqueles na comunidade de Fayette, 30km fora de Port Au Prince. Em uma comunidade de 1.500 famílias na área, mais de 10.000 pessoas, vivem ao longo das margens do Rio Monmance. Repetidas tempestades e furacões têm expandido o rio, que tem corroído as suas margens.



Os moradores da Vila Jovem Dharavi, em Mumbai, Índia, enfrentam desastres todos os dias como resultado de poluição, má gestão de resíduos, doenças, inundações e crime.

Rio Monmance

Todos os anos, casas são arrastadas pela corrente, campos são inundados, culturas e terras de pastoreio são destruídas. A estação seca oferece uma pausa curta, mas as comunidades locais avisaram que quando chegue o tempo de chuvas e pior ainda outro furacão, o rio vai se tornar rapidamente em uma furiosa torrente transportando culturas, animais, casas, e pessoas com ela. Eles têm visto antes. E eles dizem que eles vão voltar para ver.

Chamadas de suporte foram feitas. E há visitas à área por parte de ONG e de funcionários de governo, mas para a Comunidade de Fayette, a ação não tem seguido. Enquanto isso, o rio cresce, o problema é cada vez maior e a solução mais difícil e mais cara.

Continua na próxima página

“Para o UNDP alcançar resiliência é um processo de transformação... para evitar, mitigar e aprender da experiência de choque e tensões de qualquer natureza: de origen humano ou natural; econômico, de saúde, político ou social”

(Helen Clark, PNUD, 2012)

Embora tenha havido uma forte redução na perda de vidas durante os últimos 23 anos, as perdas econômicas continuam a subir. O acumulado de perdas devido a catástrofes cotidianas permanece praticamente invisível em conjuntos de dados de perdas devido a catástrofes, que tendem a concentrar-se em eventos por desastres de grande impacto. Assim, não provocam a atenção da mídia ou do governo, ou atraem apoio financeiro externo. Os custos de desastre e conflito localizados devem ser assumidos pelas pessoas afetadas que dependem fortemente de seus próprios recursos para lidar com a adversidade. Estratégias eficazes para prevenir catástrofes devem basear-se na realidade local para pessoas vulneráveis. As políticas nacionais estabelecidas no âmbito do HFA atual fracassam em grande parte na abordagem de catástrofes cotidianas devido à interação de múltiplos riscos. Medidas práticas para lidar com desastres recorrentes de pequena escala devem basear-se na concepção de um quadro DRM pós-2015. A situação no Haiti ilustra devido à catástrofes ‘cotidianas’, que são muitas vezes ignoradas (Ver quadro).

PASSOS PRÁTICOS:

- Incorpore um forte foco sobre ‘desastres diários’ recorrentes de escala pequena de qualquer tipo (como naturais e artificiais como conflito).
- Adote um quadro DRR holístico, refletindo a natureza multidimensional e interdependente dos riscos que afetam a vida e a subsistência de pessoas vulneráveis.
- Fortaleça as bases de dados nacionais de perdas, incluindo a capacidade de registrar sistematicamente desastres recorrentes de pequena escala nos países de baixa renda.

Continuação da página anterior



Adolphe Hérosiaste

Tomando um descanso de seu banho no rio ao entardecer, Adolphe Hérosiaste, pai de dois, suspirou: “O ano passado foi como nenhum outro. Este rio tem lavado através de nossa aldeia. Pessoas morreram afogadas. Os animais foram transportados pela corrente. Nossos campos e casas foram inundadas, assim perdemos as nossas culturas. Algumas famílias mudaram-se mais acima na colina - mas cultivar lá é muito mais difícil. Algumas pessoas mudaram-se para aldeias vizinhas. Mas nós queremos ficar aqui. Esta é a nossa casa. Esta é a única terra que temos.”

O dano nos pontes e ruas causado por estas inundações impede que as crianças possam chegar à escola, e que os agricultores possam obter colheitas ao mercado.

Embora, é regular, que as mega-catástrofes, como o terremoto de 2010 chegarem às manchas, é a destrutiva investida de desastres diários o que impede as comunidades como a de Fayette avançar.

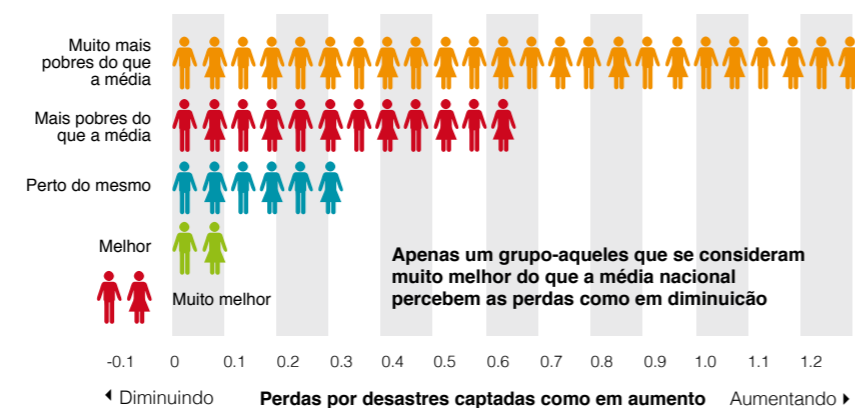
“VFL mostra que entre mais pobre você seja, fica pior. Apenas o mais rico dos pesquisados tem relatado uma redução de perdas”

GNDR VPL 2013

2 Dê prioridade às pessoas em maior risco, aos pobres e marginalizados

Os desastres causam impactos em todas as sociedades sejam países com renda alta, média ou baixa, mas afetam desproporcionalmente países pobres com fraca governança e grupos demográficos específicos que são marginalizados, excluídos ou não protegidos pela sociedade. VFL 2013 encontra um contraste flagrante entre as experiências de diferentes grupos econômicos predominantemente perante com desastres recorrentes de pequena escala. En quanto mais pobre seja mais perdas você experimentar e têm menos capacidade para lidar com a adversidade (ver gráfico 2). Informações relevantes sobre desastres deveriam ser desagregadas de acordo com o estatuto social e econômico, a fim de elaborar estratégias DRR que sejam relevantes e apropriados para os grupos sociais mais marginalizados, desfavorecidos e excluídos.

Quadro 3: O que dizem diferentes grupos sobre se as perdas estão crescendo ou decrescendo



No contexto dos desastres diários e conflito, as histórias da população local são principalmente sobre redes sociais, a busca por justiça, sobrevivência, menor observação das normas de gênero prevaletente e conseguir que os direitos das pessoas sejam respeitados pelas autoridades. Embora as pessoas não usem a noção de ‘vulnerabilidade’ para descrever a sua situação, sentem o stress e falam de ‘risco’. Enquanto as pessoas têm diferentes opções para lidar com riscos, suas estratégias de afrontamento e adaptação estão culturalmente incorporadas em relações sociais e em quadros instituições locais. As pessoas cumprem com estas estruturas institucionais, ajustam, disputam regras ou iludem. Embora o contexto institucional formal seja fraco, as pessoas, criam novas regras, ajustam as tradições, reordenam as relações de poder e mudam o organizado por instituições locais. As pessoas não são passivas nem impotentes em vez disso sim são participantes ativos, contribuindo com seu conhecimento para encontrar soluções adequadas ao risco. Mais reconhecimento pela governança dos riscos local de sua visão, energia e papel ativo intensificaria muito o progresso.

PASSOS PRÁTICOS:

- Desenhe estratégias para a política DRR, refletindo a vulnerabilidade diferencial entre países e grupos sociais, e que sejam relevantes para os grupos mais marginalizados e excluídos (por exemplo, mulheres, crianças, jovens, pessoas deslocadas e pessoas com deficiência).
- Separe informações relevantes sobre catástrofes em conformidade com o nível econômico e social para obter uma imagem real da realidade local .
- Reconheça o papel ativo e contribuições de conhecimento sobre os mais vulneráveis e marginalizados na governança de risco locais.

3 Abordar as causas subjacentes da vulnerabilidade das pessoas às catástrofes

As causas subjacentes da vulnerabilidade das pessoas às catástrofes encontram-se em estruturas e padrões políticos nacionais e globais, sociais e econômicos: por exemplo, planejamento do uso da terra códigos de construção fracos; recursos financeiros insuficientes e especialistas em DRR nos níveis inferiores de governo; política inadequada sobre a mudança do clima; falta de sistema de segurança nacional ou de redes de segurança social; endividamento; deslocalização forçada e apropriação de terras; corrupção, discriminação contra grupos minoritários; e dependência de ajuda. Os desastres podem ser entendidos como o produto de um conjunto cumulativo de decisões políticas, por um longo período de tempo. Para reverter essas estruturas e decisões, é muito mais necessário esse trabalho de base comunitária DRR para garantir que as vidas das pessoas e meios de subsistência são resilientes à catástrofes e conflitos.

A dificuldade de abordar os fatores de risco subjacentes incorporados nos diferentes sectores de desenvolvimento explica por que as perdas por desastres e impacto continuam aumentando. Finalmente, o sucesso de um quadro DRR pós-2015 vai depender de sua eficácia em tratar as causas subjacentes de risco. Reforçar a resiliência das pessoas é um processo de mudança social dinâmico que requer a transformação da estrutura de poder e desequilíbrios de representação entre diferentes grupos sociais, econômicos e demográficos. Por exemplo, as mulheres e meninas são desproporcionalmente afetadas por calamidades em parte devido a desigualdades estruturais em termos de autoridade na tomada de decisão e oportunidades de liderança nas famílias e comunidades. O VFL 2011 mostrou que a governação de risco Local - em termos de um estado inclusivo, responsável e que da resposta trabalhando em parceria com comunidades afetadas — foi fundamental para conseguir isso, mas, verificou-se que o progresso em todos os indicadores dos fatores de fortalecimento da governança local era baixo.

Para que os quadros externos tenham um impacto a nível local também é fundamental estabelecer relações estratégicas com outras estruturas desenvolvimento pós 2015 como Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, Desenvolvimento Sustentável, mudança climática, redução da pobreza e transformações do conflito para alcançar sinergias e coerência de políticas - separando o particionamento político. Políticas fragmentadas, duplicação institucional e sobreposição de mandatos levam a um pobre retorno sobre o investimento para os governos nacionais e doadores institucionais. Sistemas Holísticas – são necessárias abordagens de amplo foco, reconhecendo que muitos dos impulsores de risco são interdependentes e requerem um equilíbrio das necessidades humanas, com um ambiente sustentável para as gerações atuais e futuras. A comunidade local dá seu bem-vindo a abordagens integradas que combinam a redução do risco de desastre estrutural com reforço de meios de subsistência e preparação para casos de catástrofes.

PASSOS PRÁTICOS:

- Reforce a governança do risco local e apoie processos eficazes de mudança social para abordar as desigualdades estruturais e desequilíbrios de poder entre grupos sociais, econômicos e demográficos que suportam a vulnerabilidade diferencial.
- Estreite os laços estratégicos com outros quadros de desenvolvimento... pós-2015 como SDGs, MDGs, Mudança Climática, redução da pobreza e transformação de conflito para alcançar maior coerência das políticas.
- Promova estruturas de desenvolvimento sustentável baseadas na resiliência que facilitem programas integrados e apoiem as políticas que equilibram as necessidades humanas com a gestão do meio ambiente para garantir a sustentabilidade intergeracional.

“Os esforços para reduzir os fatores de risco subjacentes representam o menor progresso em termos da HFA”

UNISDR HFA Revisão de Período Meio 2010-11



As causas subjacentes da vulnerabilidade da população caem nas estruturas e as normas sociais, econômicas e políticas ao nível nacional e global.

“Estudos de caso do VFL mostram que a participação de todas as partes interessadas é essencial para o progresso na redução de perdas”

VPL 2013

“Estudos mostram que bancos de dados de desastres relatam números de desastres ‘diários’ por abaixo da realidade de até um 400%.”

“O monitoramento de catástrofes diárias a nível local é essencial”

GNDR VPL 2013



Falam sobre o progresso na RRD em uma reunião na comunidade em Samaka, Camboja.

4 Mobilize o compromisso político se centrado sobre os direitos, responsabilidades e deveres

As catástrofes são eventos em que os sistemas políticos devem responder. A maneira como os governos lidar com o risco de desastres, respondem e explicam as catástrofes afetam suas interações e relações com os seus cidadãos. Para uma parcela significativa da população mundial vivendo na pobreza em áreas de risco frágil e propenso, os quadros DRR atuais não estão funcionando. No nível local, os governos não têm a capacidade nem os recursos para garantir a segurança e a proteção de pessoas e bens, resultando em aumento das perdas. No nível nacional tem sido gasto menos de 1 US \$ por cada 100 em DRR para ajudar no desenvolvimento durante a última década (Kellest & Sparks). O VFL tem encontrado em todas as pesquisas (2009, 2011 e 2013) que a falta de recursos é um fator limitante fundamental. Este é um indicador claro da falta de compromisso político e reforça o argumento de uma abordagem 'baseada nos direitos' que coloca as responsabilidades e obrigações no centro do quadro.

Uma abordagem baseada em direitos implica a necessidade de re-politizar um quadro de redução do risco de desastres pós-2015. Requer uma análise do que levou às condições vulneráveis de marginalização às pessoas, quais são os seus direitos e benefícios, como eles foram negados e como estabelecer contato com processos políticos para acessar e reivindicar esses direitos. Os mecanismos de responsabilização são essenciais para manter os titulares de deveres (individuais e institucionais) claramente responsável de funções e obrigações e inclusão nos processos políticos. A sociedade civil tem um papel importante como 'monitor crítico de políticas' -, olhando para as ações do governo em relação à legislação nacional e internacional existente, leis consuetudinárias, padrões de direitos humanos e políticas ambientais. Para fazer este acompanhamento eficaz, é precisa a formulação de padrões exequíveis, metas, objetivos e indicadores de desempenho para cada ator da DRR, bem como para a medição do impacto do desastre, juntamente com mecanismos de reparação e remédio por incumprimento.

PASSOS PRÁTICOS :

- **Vincule explicitamente a proteção da vida das pessoas, seus meios de subsistência e ativos com disposições legais nacionais e internacionais relevantes – incluindo direitos humanos, direito ambiental, leis consuetudinárias e tradicionais.**
- **Aplique uma abordagem baseada em direitos que converte padrões de direitos humanos e direitos do procedimento em ações, e coloca a relação entre as pessoas como titulares de direitos e governos como principais titulares de deveres no centro do quadro.**
- **Estabeleça padrões de desempenho relevantes, objetivos, linhas de base e indicadores associados para medir o progresso no desempenho e realizações de DRR institucionais em todos os níveis.**
- **Estabeleça monitoramento transparente e mecanismos de auditoria para medir objetivamente e examinar o progresso em direção à realização dos padrões e objetivos em todos os níveis.**
- **Estabeleça procedimentos de reclamação e processamento de queixas acessíveis ao público em geral, para corrigir e reparar.**
- **Programe sistemas de informação pública e comunicação para melhorar o acesso do público à informação sobre gestão de riscos de desastres.**

5 Promova parcerias e participação do público

Todos os atores DRR atualmente reconhecem que uma abordagem multi-ator, multisetorial e multi-nível são pré-requisito para reduzir o risco de catástrofe, mas diferem nos modos de exibição sobre como as diferentes partes interessadas devem estar envolvidas e quais são suas funções e responsabilidades. O HFA (2005-15) supõe uma interação eficaz entre os governos, comunidades e atores da sociedade civil, em que o governo formas políticas e quadros institucionais, enquanto que atores da sociedade civil desempenham um papel complementar em apoio à comunidades vulneráveis. Esta abordagem, no entanto, não leva em consideração desequilíbrios de poder prevaletentes na sociedade e a natureza da participação e representação de pessoas base do povo na formulação de políticas públicas. O VFL 2013 mostrou que o reforço da resiliência comunitária é um processo de mudança social dinâmico de ação e aprendizagem que não pode ser imposto pelas diretivas de posições de topo, onde a capacidade é construída através da *aprendizagem fazendo*, junto com uma capacidade de trabalhar de forma colaborativa entre diferentes grupos.

O quadro de redução do risco de catástrofe pós-2015 deve enfrentar esses desafios, criando espaços de diálogo permitindo o empoderamento e participação ativa de diferentes atores, para trabalhar colaborativamente na procura de soluções para um problema compartilhado. Esses espaços de diálogo sobre redução de risco de desastres serão úteis quando a representação e a capacidade de participação significativa de atores da redução de risco de desastres sejam melhoradas e existam mecanismos transparentes para tomada local de decisões baseadas em evidência, formulação de políticas e desenvolvimento institucional, do nível local ao nacional. Em ambientes onde os recursos são limitados, parcerias e envolvimento público são essenciais para aperfeiçoar os recursos disponíveis localmente, negociação de acesso aos recursos disponíveis a nível nacional, e sustentar o impacto a um prazo mais longo.

O caminho tomado pelas pessoas preocupadas por construir resiliência nas Filipinas mostra o poder de parcerias:

Continúa en la siguiente página



PROMOÇÃO POLÍTICA PARA UM QUADRO DRR PROATIVO E INCLUSIVO NAS FILIPINAS

As Filipinas situam-se no centro de tufões, cintos tectônicos e vulcânicos, e ao mesmo tempo a vulnerabilidade das pessoas às catástrofes é agravada pela pobreza generalizada, enraizada na história sócio-económica e política do país. Graves catástrofes durante a década de 1980 e 1990 resultaram em crescentes protestos das populações afetadas por desastres e privados de apoio do governo. Formaram alianças com grupos da sociedade civil para pressionar por políticas DRR, proativas, inclusivas e estruturais a nível local e nacional. Relações estado-sociedade civil foram ainda antagônicas, mas evoluíram até que o governo reconheceu a legitimidade dos protestos da sociedade civil e a necessidade de diálogos DRR.

Diversos desenvolvimentos dão origem a uma nova lei do Parlamento. A declaração HFA em 2005, a presença de campeões DRR no governo, a consolidação de uma rede difusa de organizações comunitárias, ONGs e grupos da sociedade civil no âmbito da rede de redução de risco de desastres Filipino (DRRNetPhil) em 2008 e diálogos sobre política DRR os quais envolveram representantes fundamentais de comunidades todos construíram o estímulo para a introdução do “Ato de redução” e Gerenciamento de Risco de Desastres Filipino” no 2010.

A lei exige um quadro DRR proativo que responda mais às necessidades da população local. Conselhos de Desenvolvimento Locais agora tem o poder de alocar 5% do seu orçamento para as atividades da DRR, o que permite alguma flexibilidade e independência do governo nacional. Num espírito de parceria a sociedade civil continuará fazendo às autoridades responsáveis pelas suas decisões.

PASSOS PRÁTICOS:

- Certifique-se de que os meios de envolver todos os grupos da sociedade na tomada de decisão, o planejamento e a implementação de gestão de risco de desastres estejam claramente definidos.
- Promova e reforce a construção de parcerias e alianças entre as partes interessadas em todos os setores e disciplinas em todos os níveis para fortalecer a resiliência da comunidade.
- Abra espaço político e reforce as capacidades das organizações sociais e redes civis para que participem na formulação, planejamento, implementação e monitoramento de políticas e estratégias, facilitem o intercâmbio de conhecimentos e processos de mudança locais
- Traduza políticas e regulamentos nacional DRR à regulamentos locais adaptados ao contexto e baseado em evidências através de mecanismos inclusivos para implementação de políticas públicas e desenvolvimento institucional.
- Fortaleça parcerias entre os sectores público e privado para facilitar a resiliência da comunidade.



APRENDIZAGEM FAZENDO – UMA COMUNIDADE LOCAL NA CAMBOJA MOSTRA O PODER DE TOMAR O CONTRO DE SUA PRÓPRIA SITUAÇÃO E FORTALECER A RESILIÊNCIA

O projeto da comunidade de micro-segurança no Samaka, 50 km fora do povo provincial de Battambang na Camboja permite que as pessoas nesta área rural, que é vulnerável a inundações e secas, forneçam as necessidades de segurança social e reforçar os meios de subsistência.

Uma ONG local (Membro de GNDR 'Salve a Terra Camboja') introduziu o conceito de micro-seguro, compartilhando-o com a comunidade e ajudando-os à desenvolvê-lo de 2007 a 2009. Não foi fornecido financiamento e o projeto contou com recursos locais. Para o 2012 a comunidade tinha acumulado um fundo de mais de US\$ 7500 de pequenas contribuições dadas por membros da comunidade, distribuindo fundos aos membros da comunidade para projetos de agricultura e negócios e como pagamentos de micro-seguro. A chave para o sucesso do programa foi a coesão social e a auto-organização. A comunidade desenvolveu uma estrutura e regras para se organizar. Tinham que descobrir como acumular fundos de contribuições individuais, como atribuí-los a quem solicitá-los, como seu uso é monitorado, quais regras seriam concordadas pela comunidade e que sanções poderiam ser impostas quando necessário. Desenvolveram uma estrutura de governança local. Para aqueles envolvidos os benefícios têm sido estáveis e de renda crescente, o que ajuda a proteger contra choques por inundações e secas.

O líder da comuna - oficial do governo local é um ativo participante e partidário. O interesse no projeto levou a outras comunas a adotar essa abordagem e interesse dos níveis mais elevados do governo. Auto-organização, aprender fazendo, confiança, estruturas concordadas, regras, control e sanções têm sido os elementos constitutivos da resiliência comunitária em Samaka e outras aldeias que sigam seu exemplo.

“A resiliência da comunidade é o elemento-chave da resiliência nacional”

PRINCIPAIS RECOMENDAÇÕES PARA UM QUADRO DRR PÓS-2015

RECOMENDAÇÃO 1

Reconheça o impacto sobre as vidas dos desastres de meios de subsistência e os ativos

- Incorpore um forte foco sobre 'desastres diários' recorrentes de escala pequena de qualquer tipo (como naturais e artificiais como conflito)
- Adote um quadro DRR holístico, refletindo a natureza multidimensional e interdependente dos riscos que afetam a vida e a subsistência de pessoas vulneráveis
- Fortaleça as bases de dados nacionais de perdas, incluindo a capacidade de registrar sistematicamente desastres recorrentes de pequena escala nos países de baixa renda

RECOMENDAÇÃO 2

Dê Prioridade às pessoas em maior risco, os mais pobres e marginalizados

- Desenhe estratégias para a política DRR, refletindo a vulnerabilidade diferencial entre países e grupos sociais, e que sejam relevantes para os grupos mais marginalizados e excluídos (por exemplo, mulheres, crianças, jovens, pessoas deslocadas e pessoas com deficiência).
- Separe informações relevantes sobre catástrofes em conformidade com o nível econômico e social para obter uma imagem real da realidade local
- Reconheça o papel ativo e contribuições de conhecimento sobre os mais vulneráveis e marginalizados na governança de risco locais.

RECOMENDAÇÃO 3

Aborde as causas subjacentes da vulnerabilidade das pessoas às catástrofes

- Reforce a governança do risco local e apoie processos eficazes de mudança social para abordar as desigualdades estruturais e desequilíbrios de poder entre grupos sociais, econômicos e demográficos que suportam a vulnerabilidade diferencial.
- Estreite os laços estratégicos com outros quadros de desenvolvimento pós-2015 como SDGs, MDGs, Mudança Climática, redução da pobreza e transformação de conflito para alcançar maior coerência das políticas.
- Promova estruturas de desenvolvimento sustentável baseadas na resiliência que facilitem programas integrados e apoiem as políticas que equilibram as necessidades humanas com a gestão do meio ambiente para garantir a sustentabilidade intergeracional

**RESULTADO:
COMUNIDADES RESILIENTES
A TODA AMEAÇA**

RECOMENDAÇÃO 4

Mobilize o compromisso político centrado-se sobre os direitos responsabilidades e deveres

- Vincule explicitamente a proteção da vida das pessoas, seus meios de subsistência e ativos com disposições legais nacionais e internacionais relevantes – incluindo direitos humanos, direito ambiental, leis consuetudinárias e tradicionais.
- Aplique uma abordagem baseada em direitos que converte padrões de direitos humanos e direitos do procedimento em ações, e coloca a relação entre as pessoas como titulares de direitos e governos como principais titulares de deveres no centro do quadro.
- Estabeleça padrões de desempenho relevantes, objetivos, linhas de base e indicadores associados para medir o progresso no desempenho e realizações de DRR institucionais em

todos os níveis.

- Estabeleça monitoramento transparente e mecanismos de auditoria para medir objetivamente e examinar o progresso em direção à realização dos padrões e objetivos em todos os níveis.
- Estabeleça procedimentos de reclamação e processamento de queixas acessíveis ao público em geral, para corrigir e reparar.
- Programe sistemas de informação pública e comunicação para melhorar o acesso do público à informação sobre gestão de riscos de desastres.

RECOMENDAÇÃO 5

Promova parcerias e participação do público

- Os meios de envolver todos os grupos da sociedade na tomada de decisão, o planejamento e a implementação de gestão de risco de desastres estão claramente definidos.
- Promova e reforce a construção de parcerias e alianças entre as partes interessadas em todos os setores e disciplinas em todos os níveis para fortalecer a resiliência da comunidade.
- Abra espaço político e reforce as capacidades das organizações sociais e redes civis para que participem na formulação, planejamento, implementação e monitoramento de políticas e estratégias, facilitem o intercâmbio de conhecimentos e processos de mudança locais.
- Traduza políticas e regulamentos nacional DRR para regulamentos locais adaptados ao contexto e baseado em evidências através de mecanismos inclusivos para implementação de políticas públicas e desenvolvimento institucional.
- Fortaleça parcerias entre os sectores público e privado para facilitar a resiliência da comunidade



Rede Global
de Organizações da Sociedade
Civil para Redução de Desastres



ORGANIZAÇÕES PARTICIPANTES

450 ORGANIZAÇÕES SOCIAIS CIVIS AJUDARAM A INVESTIGAÇÃO DE VFL DO ANO 2013, ATRAVÉS DE PESQUISAS E UM PROGRAMA DE CONSULTA COM NÍVEIS NACIONAIS, REGIONAIS E INTERNACIONAIS.

(ORGANIZACIONES DE COORDINACIÓN NACIONAL EN NEGRILLA)

Caribe

República Dominicana República Dominicana del Servicio Social de Iglesias Dominicanas, Inc. (SSID) HABITAT PARA LA HUMANIDAD REP. DOM; FUNDACION CONTRA EL HAMBRE NAGUA; UNIDAD DE RESCATE NACIONAL SAN JUAN DE LA MAGUANA; BARAHONA REP. DOM; PRONATURA REP. DOM

Haiti Action Secours Ambulance (A.S.A) APCE, ASA, BIDWAY, FHED INC, FONBEL, KONKONM

América Central

El Salvador FUNSALPRODESE OIKOS SOLIDARIDAD, UNES, REDES, FUMA, PROCOMES, MADRE CRIA, FUNSALPRODESE, PROVIDA, FUNDASPAD, CODITOS, SINODO LUTERANO, CRUZ VERDE

Guatemala COCIGER ACCSS Asede. URL, ESFRA, Asede, ASDENA, ISMUGUA, ASDENA, ACCSS, ISMUGUA

Honduras Cruz Verde de Honduras

Asociación Alternativa para el Desarrollo Integral y Solidario de Intibuca; ASONOG; Cruz Verde Hondureña; Fundación Ayuda en Acción; Fundación Ayuda en Acción; Mesa Nacional de Incidencia para la Gestión de Riesgo Region - Cortes; Mesa Nacional de Incidencia para la Gestión de Riesgo Region - El Paraiso; Mesa Nacional de Incidencia para la Gestión de Riesgo Region - Occidente; Mesa Nacional de Incidencia para la Gestión de Riesgo Region - Sur; Mesa Nacional de Incidencia para la Gestión de Riesgo Region - Yoro; Observatorio de Derechos Humanos; Red Comal; Sur en Acción

Nicaragua Universidad Evangelica Nicaraguense y Asociacion de Organismos NO Gubernamentales

Universidad Evangelica Nicaraguense, Martin Luther King; Centro Interescolar de Estudios Teológicos y Sociales (CIEETS); Movimiento Comunal Matagalpa (MCN); Centro de Información Servicios de Asesoría para la Salud (CISAS); Federación Nacional de Cooperativas Agropecuarias y Agro-industriales; Centro Alexander Von Humbolt

Ásia Central

Quirguistán ACTED Kyrgyzstan Sunrise (public foundation), Kyzyl Kia City, Batken Oblast; DCCA (Development and Cooperation in Central Asia (Public Foundation)); Osh; Barbour School, Bishkent Ayil Okmatu (AO), Leilek Rayon, Batken Oblast; National Society of the Red Crescent, Osh; Shola-Kol, Tonski Rayon, Issyk-Kul Oblast; Kyrgyz Russian Slavic University, Bishkek

África Oriental

Burundi Disaster Reduction Youth Strategy (YSRD) Centre UMWIZERO, CONCEDI, RBU 2000+, APED, ADEC, FORWARDER

Quênia AFOSC Kenya Kibera Slums Education Program; Western Social Forum; Kenya Social Forum; COPAD; PACIDA; Merit integrated development program

Tanzânia Environmental Protection and Management Services EPMS; Gallilaya Development Association; Kunduchi Sustainable Environmental Development; Mwiwata-Kilosa, Morogoro; Mwiwata-Mkuranga, Pwani

Uganda DENIVA Bugisu Civil Society Network; Kabale Civil Society Forum; Kabarole Research Centre; Katakwi District Development Actors Network; Makerere Women Development Association; Pader NGO Forum

MENA

Egipto Arab Network for Environment and Development- RAED Al Thanaa for Development and Environment, SHABAAT MOSLEMAT, Lialy Nafee Mersal, ENVIRONMENTAL UNION FEDERATION, TOGETHER ASSOCIATION

Jordânia Land and Human to Advocate Progress (LHAP) AFAQ; BAYTANA; HERITAGE SOCIETY; LHAP; NAIFEH; RIGHT CENTER FOR DEVELOPMENT

Pacífico

Kiribati Foundation for the Peoples of the South Pacific BONRIKI; CARITAS; EITA; FSPK; KGCC; KOROBU; KPC; SDA KOROBU; SDA YOUTH; TEKAIBANGAKI; TETOAMATOA

Ilhas Salomão Solomon Islands Development Trust (SIDT) Red Cross; Live and Learn; World Vision; People With Disability Solomon Islands; APHIDA; IULUKIM Sustainability Solomon Islands

Tonga Tonga Community Development Trust (TCDT) Tonga Red Cross Society; Tonga National Youth Congress; MORDI Tonga Trust; Civil Society Forum of Tonga; Women and Children Centre; Tonga Council of Churches; 'Ofa, Tui mo Amanaki'

Tuvalu Tuvalu Association of NGOs FAA; TNCW; TNYC; TRC; TuFHA

Vanuatu Vanuatu Christian Church (VCC) Presbyterian Church; Catholic Church; Anglican Church; Church of Christ; Seventh Day Adventist; Assemblies of God

América do Sul

Bolívia Soluciones Practicas Bolivia PRACTICAL ACTION, ISALP, INCCA, MMCC, SAMARITAN'S PURSE, FUNDACION KENNETH LEE

Chile ACHNU/ EMAH ACHNU; Caritas Chile; CRUZ ROJA; Cruz Roja Chilena; EMAH Chile

Colômbia PIRAGUA Municipality of Angelopolis, Municipality of Belmira, Municipality of Briceño, Municipality of Entrerrios, Municipality of Fredonia, Municipality of la Pintada, Municipality of Medellín, Municipality of Montebello, Municipality of Sabanalarga, Municipality of San Pedro de los Milagros, Municipality of Venecia

Ecuador Plan International ADRA; Colegio 24 de Mayo; Colegio Miguel Iturralde; Consejo Cantonal de la niñez y adolescencia; CRIC; Cruz Roja Ecuatoriana; ECHO; ECOTEC; Escuela Baba; Escuela Carlos Alberto Aguirre; Escuela Gonzalo Pizarro; Escuela Oscar Reyes; Fuerzas Armadas; Gobierno Autónomo de Ventanas; Gobierno Autónomo Descentralizado Parroquial de La Esmeralda; Gobierno Parroquial Chacarita; Guineao de Adentro; Instituto Jose Martí; ISTORE; Ministerio de Educación; Ministerio de Inclusión Económica y Social; Ministerio de Turismo; Movimiento de niños, niñas y adolescentes de Gualaceo; Municipio de Quito NA; Pensionado Roosvelt; PNUD; Recinto Cimarrón; Redhum-OCHA; Sonivision; Terraneueva; UNESCO; Unidad Provincial de Gestión de Riesgos del Azuay

Peru Paz y Esperanza Grootos Peru; GRIDE Ica; GRIDE Cajamarca; Paz y Esperanza

Uruguai Amigos del Viento AdelV; AP; CC; CECODMALDONADO; CLEONES; COPAU; DEMAVAL

Venezuela CESAP CAJ; CESAP; CONCENTRO; PARAGUERO; PORTACHUELO; UNIANDES; ZULIA

Sul da Ásia

Afganistão Church World Service - Pakistan/ Afghanistan FOCUS, Helvetas, GRSP, ARCS, ADA, CCA, CoAR, CWS-P/A

Bangladesh Centre for Participatory Research and Development (CPRD) AKK, AVAS, CMB, CPRD, JFK, LEDARS, NCCB, PBK, PDAP, SDS, SHUSHILAN, SKS, YPSA

Índia AADRR (Alliance for Adaptation & Disaster Risk Reduction) ANCHAL; CARITAS, CHAMOLI, GEAG, HIMACHAL, KALVI, LEAF, OSVSWA, SBMA, SEEDS, UDAYMA, UNIVMAD, URMUL, WBVHA

Nepal NSET DMC ALAPOT; DMC VOLUNTEAR THECHO; DMC-12 LALITPUR; DPNET MAKAWANPUR; DPNET NEPAL; MERCY CORPS KAILAI; PRACTICAL ACTION BANKE/BARDIYA; PRACTICAL ACTION BARDIYA; PRAMOD SEN OLI - VOLUNTEER; RAP BHOJUPUR; RAP KHOTANG; RAP SANKHUWASABHA; RASHMILA BHATTARAI/ VOLUNTEER; RED CROSS RASUWA; SOCOD LAMJUING

Quirguistão Pattan Development Organisation South Punjab: Flood prone communities in the districts of Layya, Multan, Muzaffargarh, DG Khan and Rajanpur. Northern Sindh: Flood prone communities in the districts of Kashmir and Shikarpur.

Sri Lanka Janathakshan Women's Development Centre, Federation of Sri Lanka Local Government Authorities (FSLGA), Development with Disabled Network, Arena for Development Facilitators, Rural Centre for Development, Sri Lanka Red Cross Society

Cáucaso do Sul

Arménia REC Caucasus Rights Information Center, DilnetService, Environmental survival, Bee-Keepers of Lori, Kanach Molarak

Geórgia REC Caucasus Black Sea Ecoacademy, Georgia Society of Nature Friends, Abkhaz Intercourt, Center of Svanetian Youth name after Guram Tikanadze, Red Cross

Sudeste da Ásia

Malásia Save the Earth Cambodia ANAKOT KUMAR, Caritas Cambodia, EPDO, Kampongthom, Muslim Aid Cambodia, Ponleu Kumar, Save the Earth, SORF, Concern Worldwilde,

Indonésia Yakkum Emergency Unit BAKTI MULYO; DAERAH ISTIMEWA YOGYAKARTA; JARI; KARITO-KARINA; KMSB; LINGKAR; PRY; YEU

Malásia Mercy Malaysia SABAH; TERENGGANU; PERLIS; KELANTAN; JOHOR

Mianmar CWS/ YAKKUM Seeds Asia, Plan International, Myanmar, YMCA, Lutheran World Federation, Myanmar, Ar Yone Oo, Sopyay Myanmar Development Organization, Compass Community development, Lanthit Foundation, Gold Myanmar, Action for Green Earth + RCA, Golden Eagle Action for Rural Development, Community Development Association, Myanmar Enhancement to Empower Tribals

Filipinas Centre for Disaster Preparedness UP Visayas; ALSI; DAMPA, Brgy. Banaba, KAIBIGAN, BOSA, Integrated Resource Development for Indigenous People, Inegrated Resouce Development for Indigenous People, Ecosystems Work for Essential Benefits Inc., Pakigdaid Inc., Christ Faith Fellowship, Suara Kalilintad Association Inc., Sorsong Calamity Victims Association, PDRRMO, Grace Communion International Worldwide Church of God, PRRM, TSPI, LGU, Mindanao Peoples Caucus, Tri-People Organization Against Disasters, Ranaw Disaster Response and Rehabilitation Assistance Center, Philippine Rural reconstruction Movement (PRRM)

Viet Nam DWF Care; DWF; HHVF; Malteser; Plan; SC; VNRC

África Austral

Lesoto Environmental Care Lesotho Association BEREA; LERIBE; MAFETENG; MASERU; THABA-TSEKA

Madagáscar Care Madagascar CARE, Medair, SAF/FJKM

Malawi Sustainable Rural Growth and Development Initiative (SRGDI) waiting

Moçambique Christian Council of Mozambique Associação Tilunguaise; CCM; CEDES; Chokwe; Matutuine; Plataforma de Jangamo; Plataforma de Matutuine

Namíbia University of Namibia UNAM

África do Sul African Centre for Disaster Studies ACDS, CISE, RSS

Suazilândia Associated Christians International ACMI, Christian International, WC

Zâmbia Mulungushi University Care International- Zambia; Caritas- Zambia; Mulungushi University; Wildlife and Environmental Conservation Society of Zambia; World Vision- Zambia

Zimbábue Action 24 Action 24; Practical Action; Development Reality Institute; Swedish Cooperative Centre; Youth Agenda; Zero Regional Environment Organisation

África Ocidental

Benin WANEP ALHERI ONG, ASSOCIATION FEMME ET VIE, BC ONG, DHPD, ESPACE ET VIE, GAB ONG

Burkina Faso Réseau MARP SOS/Santé et Développement, GONATI, Groupement Teend-Beogo, Alliance Technique d'Appui au Développement, OCADES/Nouna, Association Aide au Yatenga (AAY), SEMUS, Association Développement Solidaire, Réseau MARP-Burkina, DIOBASS

Camarões Geo-technology, Environmental Assessment and Disaster Risk Reduction (GEADIRR-CIG) Vital Actions for Sustainable Development CEDES, ENCSD, ENVIRONMENT FOR LIFE, GEADIRR, GEMDA, LIDEE, SAVANE VERTE

Cote d'Ivoire JVE Cote d'Ivoire AJELEC, ASCCI, JVE-CÔTE D'IVOIRE SECTEUR D'ABIDJAN, LAC ET DEVELOPPEMENT, NOTRE GRENIER, TOUBA CARE

Gâmbia Children and Community Initiative for Development (CAID) CAID Regional Focal Point LRR -Jarra Soma- Lower River Region; CAID Regional Focal Point URR - Basse- Upper River Region; CAID Regional Focal Point NBR - Kerewan- North Bank Region; CAID Regional Focal Point CRR - Jang Jang Bureh- Central River Region; CAID Regional Focal Point WCR - Brikama -West Coast Region; CAID Regional Focal Point KMC - Serre Kunda- Kanifing Municipality; CAID Regional Focal Point BCC - Banjul- Banjul City

Mali AFAD AFAD; COLLECTIVITÉ BADIANGARA; COLLECTIVITE DILLY; COLLECTIVITE GUENEIBE; COLLECTIVITE NARA; COLLECTIVITE NIAMANA; COLLECTIVITE TOMBOUCTOU; SUSTAINABLE RURAL GROWTH AND DEVELOPMENT INITIATIVE

Niger RNCC/AYICC-NIGER Réseau d'Appui au Développement Local ADL ; PRODAC ; Association de Développement de Quartier ADQ ; Femme Action et Développement F.A.D ; Mouvement Citoyen pour la Promotion de Citoyenneté Responsable MCPPCR ; Agir pour Etre Niger AE

Nigéria African Youth Movement The African Youth Movement (AYM), Akwa Ibom State; National Environmental Watch Services, Calabar, Cross River State; Movement for the Actualization of HYRAPEC, Jos, Plateau State; Nigeria Water Partnership, Lagos State; Local Action Initiative, Lagos; Pan African Vision on the Environment, Lagos; Itumobonus Youth Multipurpose Cooperative Society, Sokoto State Chapter; Girl Child Network, Aba, Abia State; Nigeria Greens Movement, Minna, Niger State; Unemployed Nigerians Youth Support Group, Apo, Durumi District, FCT; National Association of Forestry Students, University of Nigeria, Nsukka, Enugu State.; Urthor Group, Ikot Ekpene, Akwa Ibom State; Global Relief & Dev Mission, Jos; Enene Akonjom Foundation, Nasarawa State; National Environmental Structure, Edo; Mirage Group, Borno; Enene Akonjom Foundation, Nasarawa State; Nigerian Greens Movement, Niger State; Akpure Odion, Benue State; Pauline Patrick Aziza- Zazunne, Adamawa State; African Youth Movement, Kadunna State

Senegal Shalom International AMICALE DE JEUNES; ASSOCIATION VIE ; COMPASSION SANS FRONTIERES ; FEMMES POUR L'ENVIRONNEMENT ; JEUNESS EN ACTION ; SHALOM INTERNATIONAL

Visão de Primeira Linha reúne e coloca no centro do debate as vozes de todos aqueles que vivem na Primeira Linha, cujas vidas e meios de subsistência são afetados pelos desastres. Identifica também os passos necessários para conseguir um progresso real. A equipe VPL, composta de 450 organizações ao redor do mundo, dá graças às 21,455 pessoas que participaram em pesquisas face a face, em 2013, bem como aqueles que apoiaram o programa economicamente e de outras formas.

www.globalnetwork-dr.org



Rede Global
de Organizações da Sociedade
Civil para Redução de Desastres